

POLÍTICA

Mais de 20 denúncias tramitam no TRE nesta pré-campanha eleitoral

Ministério Público Eleitoral promete para esta semana divulgar uma recomendação de atuação para o período de festejos juninos e de copa do mundo

A campanha eleitoral deve ainda não começou, porém chove de reclamação junto ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE-CE relativas à antecipação de publicidade e propaganda ou conteúdos considerados ofensivos. Atualmente, estão tramitando 24 denúncias, das quais a metade já passou pela análise do desembargador relator designado, tais como o processo ajuizado pelo PSB contra a Meta Plataforma de Tecnologia, por propaganda eleitoral negativa em desfavor do Deputado Federal Júnior Mano (PSB-CE), apontado como pré-candidato ao Senado Federal nas eleições de 2026.

De acordo com a Petição de ID 20146448, foi divulgado vídeo contendo imputações de prática de atos ilícitos, associações a corrupção, lavagem de dinheiro e organizações criminosas, valendo-se de investigação criminal em curso para construir narrativa depreciativa em desfavor do mencionado agente político. Afirma que o conteúdo extrapola os limites da crítica política e da liberdade de expressão, configurando propaganda eleitoral negativa antecipada. O pedido de liminar foi deferido.

Também foi deferido o pedido do PL com relação a conteúdo divulgado, na plataforma Instagram, considerado ofensivo e eleitoralmente direcionado em desfavor do pré-candidato André Fernandes. Em decisão monocrática, foi deferida a petição e recomendado que “os representados se abstenham de republicar, reproduzir, compartilhar, impulsionar ou divulgar novamente os conteúdos objeto desta representação, bem como conteúdos substancialmente idênticos produzidos mediante manipulação artificial da imagem do pré-candidato sem observância das normas eleitorais aplicáveis ao uso de inteligência artificial, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ato de descumprimento.”

Como estamos em ano eleitoral, é considerado normal que partidos e pessoas que pretendem se candidatar comecem a falar sobre suas ideias, projetos e propostas. Mas, não podem pedir voto, antes do lançamento oficial da candidatura. É o



FOTO: DIVULGAÇÃO

Atualmente, estão tramitando 24 denúncias, das quais a metade já passou pela análise do desembargador relator designado

que explica o Coordenador do Centro de Apoio Operacional Eleitoral (Caopel) Ministério Público (MP) Eleitoral, Igor Pinheiro, que promete emitir uma recomendação de atuação para o período de festejos juninos e de copa do mundo, ainda nesta semana, à exemplo da conduta que orientou os festejos carnavalescos desse ano. A seu ver, a orientação preventiva, a padronização de procedimentos e a transparência são fundamentais para a lisura e a organização das Eleições 2026.

Inclusive, o Ministério Público Eleitoral (MPE) da Paraíba denunciou o cantor cearense Wesley Safadão por propaganda eleitoral antecipada durante seu show no São João no Parque do Povo, em Campina Grande (PB). O cantor fez gestos e disse “o foguete, está aqui o foguete”, em alusão direta ao senador e pré-candidato ao Governo da Paraíba, Efraim Filho, que estava presente no evento. O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) determinou que a Meta, responsável pelo Instagram, remova vídeos e fotografias publicados por Safadão durante apresentação. Ele não disse “vote” mas deu a entender.

Igor pinheiro disse que o setor está de olho, atento, monitorando e investigando. Não tinha, quando nos atendeu por telefone, os números referentes a quantos processos já tramitam no setor dele, porém relatou que o cidadão pode denunciar ilegalidades eleitorais ao Caopel através do e-mail caopel@mpce.mp.br/

ou do telefone (85) 3433-7062. A população também pode fazer a denúncia diretamente ao promotor eleitoral da respectiva zona de seu município. Para que a atuação do Ministério Público ocorra de forma efetiva, é muito importante a participação do cidadão efetuando denúncias quando tiver conhecimento da prática de ilícitos eleitorais, com um detalhe: não podem ser anônimas. O Coordenador destacou que as recomendações são direcionadas aos gestores públicos para prevenir a propaganda eleitoral antecipada e o uso promocional de festas juninas financiadas com dinheiro público. O objetivo é garantir a igualdade de oportunidades entre os candidatos e evitar o abuso de poder político.

De acordo com o TSE, a propaganda eleitoral no rádio, na televisão e na internet só começa em 16 de agosto. No entanto, a partir de 5 de julho, aqueles que desejam se candidatar aos cargos em disputa nas Eleições 2026 podem realizar a chamada propaganda intrapartidária: “ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.”

O TSE esclarece que a divulgação de atos de parlamentares e de debates legislativos também é permitida, desde que não se faça pedido explícito de votos. A medida vale para o posicio-

namento pessoal sobre questões políticas, inclusive em shows, apresentações e performances artísticas, redes sociais, blogs, sites pessoais e aplicativos.

Já está decidido que a Coordenação-Geral da Comissão de Fiscalização da Propaganda Eleitoral em Fortaleza caberá ao Juízo da 2ª Zona Eleitoral. Nos municípios de Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte, as Notícias de Irregularidade em Propaganda Eleitoral (NIPs) serão distribuídas de forma equitativa entre as zonas eleitorais das respectivas circunscrições, independentemente de suas jurisdições.

No município de Fortaleza, o exercício do poder de polícia sobre a propaganda eleitoral será realizado por meio da Comissão de Fiscalização da Propaganda Eleitoral, integrada por juízas e juizes eleitorais da Capital e organizada em Coordenação-Geral e nos seguintes núcleos funcionais especializados: Núcleo Administrativo; Núcleo de Triagem e Autuação; e Núcleo de Processamento e Julgamento.

A propaganda intrapartidária deve ser destinada exclusivamente àqueles que participam das prévias dos partidos, devendo ser retirada logo após a realização das convenções. O objetivo é que a pré-candidata e o pré-candidato possam indicar o seu nome para uma das vagas em disputa, inclusive com a afixação de faixas e cartazes em locais próximos às convenções.

Por Elizabeth Rebouças

Fim da escala 6x1 entra pela 3ª semana sem aval de Alcolombbre

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do fim da escala 6x1 chega à sua terceira semana estagnada no Senado, por decisão do presidente da Casa, Davi Alcolombbre (União Brasil-AP). Aprovada na Câmara dos Deputados em 27 de maio e enviada um dia depois para distribuição por parte da Mesa Diretora do Senado, a proposição muda a jornada semanal de 44 para 40 horas trabalhadas e troca o modelo semanal de seis dias trabalhados e um de folga para cinco dias trabalhados e dois de folga.

A substituição de jornada e escala, no entanto, gerou entre os senadores resistência maior que na Câmara, fato que é reforçado pela constituição partidária: na Casa, o PL, que se posicionou publicamente con-

tra a matéria, é maioria, com 16 senadores, ou seja, cerca de 20% do total de parlamentares. Na primeira semana deste mês, Alcolombbre chegou a alinhar com líderes partidários e com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Otto Alencar (PSD), que a tramitação da PEC 221/2019 seria decidida entre os dias 9 e 11 da semana passada.

A sinalização, no entanto, não foi consolidada, já que o senador optou por deixar a proposição em stand by novamente. Na última quinta-feira (11), o senador Camilo Santana (PT), que assumiu novamente uma cadeira na Casa, disse ao O Estado que, além da PEC do Fim da 6X1, mais duas pautas, a PEC da Segurança Pública e o projeto sobre minerais pre-

ciosos e terras raras, estão no radar do governo Lula. “A gente tem três projetos importantes no Senado para serem votados [...] Claro que nós temos outros projetos, mas esses três são muito importantes para o país.”

“Mal-estar no ar” Ao citar as prioridades de Lula, o ex-ministro da Educação fez alusão a uma rusga ainda existente entre o Planalto e a presidência do Senado, cujo ápice foi o impedimento de que o advogado-geral da União, Jorge Messias, ficasse com a vaga aberta do Supremo Tribunal Federal (STF). “Aquele problema da votação do Messias gerou uma certa indisposição, um certo atrito. O presidente do Senado deseja tentar limpar esse meio de campo. Eu acredito que nos próximos dias o presidente Lula

vai sentar com o presidente do Senado e tentar construir uma relação institucional, preservar, porque o que está em jogo é o país”, acrescentou Camilo Santana a este jornal.

Alcolombbre optou, ainda ao final de maio, por dar o sinal verde à PEC 12/2026, que, assim como a Reforma Trabalhista do ex-presidente Michel Temer (MDB), flexibiliza as regras entre empregador e empregado. A proposta é do líder do PL no Senado, Rogério Marinho (PL-RN). A partir da previsão do texto do parlamentar, as sugestões que podem ser definidas entre ambas as partes abre margem para que a escala de trabalho semanal chegue a sete dias trabalhados e nenhum de folga.

Por Kelly Hekally

Fachin cria grupo para discutir reforma ampla do Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, instituiu um grupo de estudos para discutir propostas de modernização e reforma do sistema de Justiça brasileiro. A iniciativa ocorre em um momento de pressão sobre a imagem da Corte e de divergências internas entre os ministros sobre a adoção de um código de conduta para integrantes do tribunal e da magistratura.

Ao compor o novo comitê, Fachin incluiu juristas próximos aos ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, em um gesto interpretado como tentativa de construir consenso em um Supremo dividido. Gilmar, Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin vinham demonstrando resistência à condução e ao momento escolhido pela presidência.

A discussão ganhou força em meio às repercussões da crise do Banco Master e às críticas dirigidas ao STF. Ministros contrários à prioridade dada ao código de conduta avaliam que uma reforma estrutural do Judiciário seria mais abrangente e necessária do que a elaboração de regras específicas sobre viagens, palestras e manifestações públicas de magistrados.

Apesar da criação do novo grupo, Fachin afirmou que o código de ética continuará tramitando paralelamente, sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia. Para justificar a iniciativa, Fachin citou os desafios contemporâneos enfrentados pelo sistema de Justiça, como o aprimoramento da governança judicial, a adaptação à transformação digital, o aumento da eficiência, a redução da demora no julgamento dos processos e o fortalecimento da confiança da população nas instituições.

O grupo será presidido por Fernando Facury Scaff, coordenador-geral do Centro de Estudos Constitucionais do STF. A relatoria das propostas ficará a cargo do desembargador federal Ney de Barros Bello Filho, do Tribunal Regional Federal (TRF) da

1ª Região. Também integra o comitê o jurista Jorge Levi, ex-advogado-geral da União que atuou como auxiliar de Alexandre de Moraes no Tribunal Superior Eleitoral.

A composição inclui ainda os ministros do Superior Tribunal de Justiça Luiz Alberto Gurgel de Faria e Mauro Campbell Marques, além do presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Rodrigo Mudrovitsch. Ao todo, o grupo reúne magistrados, professores, juristas e especialistas de diferentes áreas do sistema de Justiça.

Participam também Ana Paula de Barcellos, Ana Lya Ferreira, Cassio Lisandro Telles, Christine Peter da Silva, Ingo Sarlet, Luciana Jordão de Carvalho, José Theodoro de Carvalho, Kátia Arruda, Manuellita Hermes, Oscar Vilhena, Sergio Renault, Vanessa Ribeiro Mateus e Vera Karam de Chueiri.

Fachin quer que as primeiras propostas sejam apresentadas até o fim deste ano. Segundo o ministro, o grupo deverá sistematizar os principais gargalos do Judiciário por meio da escuta de juristas, acadêmicos, entidades e instituições ligadas ao setor.

Em entrevista à TV Justiça, o presidente do Supremo afirmou que os problemas identificados vão do congestionamento processual e da litigiosidade excessiva à fragmentação institucional. Para Fachin, a modernização do Judiciário constitui uma agenda de Estado e exige diálogo entre os Poderes. Uma reforma ampla do sistema não ocorre desde 2004, quando a Emenda Constitucional 45 promoveu mudanças como a criação do Conselho Nacional de Justiça e a instituição da súmula vinculante.

A possibilidade de uma nova reforma tem maior chance de reunir apoio entre os ministros do que o código de conduta, segundo interlocutores da Corte. O assunto também deverá ganhar espaço nas campanhas eleitorais deste ano.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO DISTRITO DO MONDUBIM FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ
Rua 10, n. 191, Parque Dois Irmãos.
TELEFONES: 085 3296.2821 98991.1010
EDITAL DE PROCLAMAS
Faço saber que pretendem casar-se:
Edital nº 14573 - ITALO ALMEIDA DE MOURA e MARIA DO SOCORRO DE LIMA;
Edital nº 14574 - CARLOS ANTONIO FRANCO DA SILVA e IVANILDE MAIA DE FREITAS;
Edital nº 14575 - FELIPE COELHO XAVIER e VANESSA LUCINDO DE OLIVEIRA;
Edital nº 14576 - ARTUR DE CASTRO OLIVEIRA e GABRIELA RÉGIA FEITOSA COSTA;
Edital nº 14577 - PEDRO HENRIQUE VITORINO BARBOSA e TEREZA VITÓRIAPEREIRA DA SILVA;
Edital nº 14578 - GEILSON DOS SANTOS CORDEIRO e MARIA DEUSA DE ASSIS SANTOS;
Edital nº 14579 - GABRIEL MATTIAS COSTA e ANA PATRICIA OLIVEIRA LIMA;
Caso algum dos supracitados tenha algum impedimento, apresente impugnação na forma da lei. Lavrado para ser publicado no Jornal O Estado na presente data.
FERNANDA MARIA ALVES GOMES - OFICIALA

Prefeitura Municipal de Quixeramobim/CE - O Pregoeiro torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia 26/06/2026, às 09:30h, horário de Brasília/DF, estará realizando Licitação de Pregão Eletrônico Nº 2600042901-PERP, cujo objeto: Registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes destinados à manutenção da frota de veículos pertencentes às diversas secretarias da prefeitura, o qual encontra-se na íntegra na sede da comissão de licitação, situada a Rua Monsenhor Salgado Pinto, 707, Centro, Quixeramobim/CE. Maiores informações: www.novobmmet.com.br. Os interessados poderão obter o texto integral do Edital no Setor de Licitações da Prefeitura, localizada a Rua - Francisca Alves Moraes, 1º Andar, s/n, Gerência, Ico/CE ou ainda, através dos sites: www.novobmmet.com.br, www.tce.ce.gov.br, www.ico.ce.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: (88) 3561-1508 ou do e-mail: licitacao@ico.ce.gov.br. Francisco das Chagas dos Santos.

Prefeitura Municipal de Ico - O Pregoeiro torna público, que será realizado Licitação de Pregão Eletrônico Nº 15.008/2026-PERP, cujo objeto: Registro de preços para aquisição de Autoclave, com capacidade mínima de 200 litros para o Hospital Regional Deputado Onel Guimarães Nunes, junto a secretaria municipal de saúde, conforme Edital Convocatório e seus Anexos. Início de acolhimento das propostas: 15/06/2026 às 13h. Encerramento de acolhimento das propostas: 25/06/2026 às 13h. Início da abertura da sessão: 25/06/2026 às 14h, através do site: www.novobmmet.com.br. Os interessados poderão obter o texto integral do Edital no Setor de Licitações da Prefeitura, localizada a Rua - Francisca Alves Moraes, 1º Andar, s/n, Gerência, Ico/CE ou ainda, através dos sites: www.novobmmet.com.br, www.tce.ce.gov.br, www.ico.ce.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: (88) 3561-1508 ou do e-mail: licitacao@ico.ce.gov.br. Francisco das Chagas dos Santos.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA - Título: AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Conservação, Transporte e Serviços Públicos - Regente: Agente de Contratação - Processo Originário: Concorrência Eletrônica nº SECONTRASNSP-CE-01-040826-PMR - Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de roçagem manual de estradas vicinais e caminhos no Município de Reriutaba/CE. - Data de Abertura: 30/06/2026 - Horário: 14h30m - Link de Acesso ao Edital: https://compras.mzatecnologia.com.br | https://www.reriutaba.ce.gov.br | https://licitacoes.tce.ce.gov.br | https://pncp.gov.br - Link de Realização dos Lances: https://compras.mzatecnologia.com.br - Agente de Contratação: Maria Fernanda Azevedo Peres.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA/CE - Título: AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Saúde - Regente: Agente de Contratação - Processo Originário: Concorrência Eletrônica nº SMS-CE-01-210526-PMR - Objeto: Contratação dos serviços de engenharia para a ampliação do Hospital Municipal de Reriutaba - 1ª etapa da PT1044589-61 - Data de Abertura: 30/06/2026 - Horário: 09h00m - Link de Acesso ao Edital: https://compras.mzatecnologia.com.br | https://www.reriutaba.ce.gov.br | https://licitacoes.tce.ce.gov.br | https://pncp.gov.br - Link de Realização dos Lances: https://compras.mzatecnologia.com.br - Agente de Contratação: Maria Fernanda Azevedo Peres.